



**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**LINHA DE PESQUISA
Educação e Cidadania**

ADRIANA PATRICIA TOSCANO PEREIRA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL MARIA
LÚCIA, MAMANGUAPE-PB.**

**GUARABIRA-PB
2012**

ADRIANA PATRÍCIA TOSCANO PEREIRA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL MARIA
LÚCIA, MAMANGUAPE-PB.**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Geografia sob a orientação da Professora Esp. Raquel Soares de Farias e co-orientação do Prof. Esp. Sidnei Felipe da Silva.

**GUARABIRA-PB
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

P436e

Pereira, Adriana Patrícia Toscano.

A educação ambiental na Escola Maria Lúcia,
Mamanguape-Pb / Adriana Patrícia Toscano
Pereira. – Guarabira: UEPB, 2012.

25f.:il.;Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação
em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Esp. Raquel Soares de Farias.

1. Educação Ambiental 2. Cidadania
3. Mamanguape - PB I.Título.

CDD.22.ed. 372.357

ADRIANA PATRÍCIA TOSCANO PEREIRA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL MARIA LÚCIA,
MAMANGUAPE-PB.**

Aprovada em: 05/19/12

ADRIANA PATRÍCIA TOSCANO PEREIRA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL MARIA LÚCIA,
MAMANGUAPE-PB.**

BANCA EXAMINADORA

Raquel Soares de Farias

Profª. Esp. Raquel Soares de Farias
Departamento de Geografia – DG/CH - UEPB
(Orientadora)

Sidnei Felipe da Silva

Profº. Esp. Sidnei Felipe da Silva
(Co-orientador e examinador)

Sharlene da Silva Bernardino

Profª Esp. Sharlene da Silva Bernardino
Polo de Educação à Distância – EAD/UEPB
(Examinadora)

GUARABIRA-PB
2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, a Deus, que me deu forças para seguir em frente, protegendo-me e iluminando minha vida, mesmo com todas as pedras que surgiram em meu caminho, consegui continuar minha jornada com fé e esperança.

Em segundo lugar, aos meus pais, que me proporcionaram muitos momentos felizes e aprendizados durante minha vida, pois, quando eu mais precisei de apoio, forças eles estavam lá, ao meu lado. Em terceiro lugar a minha tia Ana e a minha avó, nunca me negaram um ensinamento ou uma palavra de apoio numa hora difícil.

E por fim não poderia deixar de agradecer aos meus amigos que além de ser fonte de inspiração para as minhas ideias, ajudaram-me com opiniões, críticas, elogios e muitas risadas.

Obrigado a todos que estiveram ao meu lado durante esta jornada. E nunca se esqueçam: aconteça o que acontecer, sempre vale a pena recomeçar, de uma maneira diferente.

PEREIRA, Adriana Patrícia Toscano. A Educação Ambiental na Escola Municipal Maria Lúcia, Mamanguape-PB. (Artigo de Graduação apresentado no Curso de Geografia, UEPB), 2012, 28p.

Linha de pesquisa: Educação e Cidadania

Autora: ADRIANA PATRÍCIA TOSCANO PEREIRA – Curso de Geografia – CH/UEPB.

Orientadora: Prof^a. Esp. Raquel Soares de Farias

Co-orientador e examinador: Prof^o. Esp. Sidney Felipe da Silva

Examinadora: Prof^a Esp. Sharlene da Silva Bernardino

RESUMO

Este artigo tem como temática central a análise da Educação Ambiental nas escolas e se a mesma vem sendo adotada nos currículos escolares como é exigido pela LDB. O campo de análise foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Lúcia/ Município de Mamanguape-PB, a qual é uma das pioneiras no desenvolvimento do projeto horta na escola. Onde foram observadas as perspectivas e experiências dos professores, o que eles consideram relevante para abordagem de temas sobre Educação Ambiental (EA), quais as formas que eles trabalham essa temática em suas aulas e se trabalham quais as dificuldades que eles têm sobre a Educação Ambiental. Como a direção contribui para introduzir a Educação Ambiental na escola, quais as formas utilizadas para manter projetos relacionados à temática. Para chegar a esses resultados foram feitas algumas visitas a campo, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários com os professores onde os resultados indicaram que os docentes apresentam dificuldades em aplicar, desenvolver aulas/atividades com temas sobre Educação Ambiental junto aos seus alunos.

Palavras-chave: Educação, cidadania e educação ambiental.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a humanidade, como um todo, não tem cuidado bem do planeta, nem dos seres que nele vivem. De acordo com Dias (1992), há uns cinco milhões de anos os primeiros seres humanos que habitaram o Planeta enfrentaram inúmeras dificuldades e desafios, pois "a natureza era mais poderosa que os homens", e os afetava mais do que era afetada por eles. Todos precisavam saber quais frutos serviam para comer, onde encontrar água durante a seca, como evitar animais selvagens, que plantas serviam para fazer um bom remédio, ou se poderiam ser utilizadas como materiais a construção de suas moradias.

Com o advento da revolução industrial, e nos anos seguintes até o presente, houve aumento acelerado do consumo em função da modernização dos meios de produção, explosão demográfica, crescimento das cidades, e o fenômeno da globalização que acentuou as injustiças sociais e empobrecimento dos povos. (REIGOTA, 2004, p.12).

Desde a Revolução Industrial, a atividade interventora e transformadora do homem em sua relação com a natureza vem tornando-se cada vez mais predatória. A década de 1960 pode ser considerada uma referência quanto à origem das preocupações com as perdas das qualidades ambientais. (SEABRA, 2009, p.228).

Com o decorrer dos tempos, e com o desenvolvimento humano e suas tecnologias o planeta foi se modificando. Mas foi a partir da Revolução Industrial, que houve um crescimento econômico e populacional. O homem acabou por assumir um papel extremamente egoísta e alienante mediante sua relação com o mundo e deixando de lado as consequências que todas essas tecnologias poderiam causar ao meio ambiente.

Nas últimas décadas vem se intensificando as preocupações inerentes à temática ambiental e, concomitantemente, as iniciativas dos variados setores da sociedade para o desenvolvimento de atividades, projetos e congêneres no intuito de educar as comunidades, procurando sensibilizá-las para as questões ambientais, e mobilizá-las para a modificação de atitudes nocivas e a apropriação de posturas benéficas ao equilíbrio ambiental (Ruy, 2004).

As ideias ligadas à temática ambiental não surgiram de um dia para outro. Numerosos fatos de âmbito internacional foram delineando o que conhecemos hoje por Educação Ambiental (EA).

A Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, através de artigo 2º diz: "A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal". A lei nos deixa bem clara os direitos dos cidadãos, que a Educação Ambiental deve estar inserida nas escolas, seja como disciplina ou projeto.

Portanto, através da implantação do Projeto de Educação Ambiental na Escola espera-se criar condições favoráveis para garantir o envolvimento e participação de todos (escola, família e comunidade), utilizando-se para isso de múltiplas ações que visam melhorar a qualidade de vida e orientar o uso racional dos recursos e serviços que a natureza nos dispõe. Assim, espera-se modificar, de forma significativa, o modo de pensar e as posturas individuais, familiares e coletivas para a construção de um mundo melhor para todos nós.

Para ser realizada a pesquisa sobre Educação Ambiental foi escolhida a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Lúcia que esta localizada em um prédio pertencente à Usina Monte Alegre, município de Mamanguape, no Estado da Paraíba mais especificamente na microrregião do Litoral Norte, mesorregião da Zona da Mata Paraibana, aproximadamente 51 quilômetros da capital do Estado da Paraíba, possui uma extensão de 337,7km.

O objetivo desse trabalho é analisar como é trabalhado a Educação Ambiental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Lúcia, Mamanguape-PB e como os professores desenvolvem esta temática em sala de aula, quais as dificuldades enfrentadas por eles e se estão preparados para trabalhar Educação Ambiental com seus alunos. E observar como a direção da escola implementa o EA no âmbito escolar, e se desenvolve algum projeto em relação à Educação Ambiental.

Para chegar aos resultados desse trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a definição de Educação Ambiental e como ela pode ser implementada nas escolas. Em seguida realizamos o trabalho de campo para conhecer o local em qual a pesquisa foi desenvolvida e por último a aplicação de um questionário aos professores.

A Escola Municipal Maria Lúcia como já foi exposto localiza-se no Município de Mamanguape-PB. Suas coordenadas geográficas de referências são: 06° 50' 30" de latitude Sul e 35° 07' 30" de longitude Oeste. Limita-se ao norte com os municípios de Montanhas e Pedro Velho no Rio Grande do Norte; ao sul com o município de Rio Tinto; a leste com os municípios de Mataraca e Rio Tinto; e ao oeste com os municípios de Capim, Itapororoca, Jacaraú, Pedro Regis e Curral de Cima.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O DESPERTAR DA QUESTÃO AMBIENTAL

Desde muitos e muitos anos que a Terra vem sofrendo problemas ambientais, mas foi somente no final da década de 60 e início de 70, que surgem os primeiros movimentos ecológicos nos países industrializados. Com a preocupação específica da degradação no meio ambiente em relação aos efeitos prejudiciais decorrentes da atividade industrial.

Segundo Medina (2000) na década de 70 o processo de implementação de modelos de desenvolvimento fortemente neoliberais, regidos pela norma do maior lucro possível no menor espaço de tempo, com o pretexto da industrialização acelerada, apropriava-se cada vez mais violentamente dos recursos naturais.

Ainda de acordo com autor citado alegava que a violação dos princípios ecológicos teria alcançado um ponto tal que, no melhor dos casos, ameaçava a qualidade de vida e, no pior, colocava em jogo a possibilidade de sobrevivência, em longo prazo, da própria humanidade.

O primeiro grande encontro internacional que iniciou o despertar de uma consciência ecológica mundial foi a reunião do Clube de Roma em 1970, que entre outros objetivos, buscava alertar as autoridades para a necessidade de diferenciação entre crescimento e desenvolvimento econômico. No ano seguinte resultou desta reunião um informe denominado "Limites do Crescimento". (Souza, 1993).

Este documento, “Limites do Crescimento”, colaborou para que em junho de 1972, em Estocolmo, se realizasse a Primeira Conferência das Nações Unidas, que segundo Caldwell (1973) colocou a questão ambiental nas agendas oficiais e organizações internacionais. Para tal autor, foi a primeira vez que representantes de governos uniram-se pra discutir a necessidade de tomar medidas efetivas de controle dos fatores que causam a degradação ao meio ambiente.

Outro fator importante, após a Primeira Conferencia das Nações Unidas, foi à incorporação da questão ambiental em programas das organizações intergovernamentais. Além disso, um grande número de ambientalistas e de organizações não governamentais surgiu em todo o mundo.

De acordo com a Revista Eletrônica de Ciências (2004), numerosos fatos de âmbito internacional foram delineados o que conhecemos hoje por Educação Ambiental (EA). Podemos citar alguns desses acontecimentos:

- Considerado um clássico na historia do movimento ambientalista mundial, o livro “Primavera Silenciosa”, lançado em 1962, pela jornalista Rachel Carson, alertava para a crescente perda da qualidade de vida produzida pelo uso indiscriminado e excessivo dos produtos químicos e seus efeitos dessa utilização sobre os recursos ambientais (DIAS, 1992). Esse livro teve grande repercussão, favorecendo o crescimento dos movimentos ambientalistas mundiais;
- A carta de Belgrado (1975) preconizou que as fundações de um programa mundial de Educação Ambiental fossem lançadas;
- A declaração da Conferência Intergovernamentais da Tbilisi sobre Educação Ambiental (1977) atentou para o fato de que, nos últimos decênios, o homem, utilizando o poder de transformar o meio ambiente, modificou rapidamente o equilíbrio da natureza. Como resultado, as espécies ficaram frequentemente expostas a perigo que poderiam ser irreversíveis (DIAS 1992);
- No Congresso de Moscou em 1987, chegou-se a concordância de que a EA deveria objetivar modificações comportamentais nos campos cognitivos e afetivos (DIAS 1992).
- Conferencia Mundial na Tailândia em 1990, sobre Educação Ambiental pra todos;

- Em Junho de 1992, Rio de Janeiro, Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio /92;
- Agenda 21, documento resultante da Conferencia, Rio /92;

Destacando alguns acontecimentos importantes que influenciaram o EA no Brasil:

- Cria-se no Rio grande do Sul a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) – 1971;
- Cria-se a Secretaria especial do Meio Ambiente, SEMA, no âmbito do Ministério do Interior, que, entre outras atividades, contempla a Educação Ambiental - 1973.
- O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) apresenta uma resolução, estabelecendo diretrizes para a Educação Ambiental – 1984;
- O MEC aprova o parecer n.º226/87, do conselheiro Arnaldo Niskier – inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus – 1987;
- I Fórum do Meio Ambiente – São Paulo, 1988;
- Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – 1989;
- Primeiro Encontro Nacional sobre Educação Ambiental no Ensino Formal, IBAMA – UFRPE, Recife, 1989;
- MEC, portaria n.º978(14/05/91) institui que todos os currículos nos diversos níveis de ensino deverão contemplar conteúdos de Educação Ambiental-1991;
- Criação dos Núcleos Estaduais de Educação Ambiental do IBAMA (NEAs) – 1992;
- Aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) – 1994;
- Criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental, CONAMA – 1996;
- Novos Parâmetros Curriculares do MEC que incluem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo – 1996;
- I Conferencia Nacional de Educação Ambiental, Brasília – 1997.

2.2 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A construção da EA como política pública, implementada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), implica no processo de intervenção direta, regulamentação e contratualismo que fortalecem a articulação de diferentes atores sociais (nos âmbitos formal e não formal da educação) e sua capacidade de desempenhar gestão territorial sustentável e educadora, formação de educadores ambientais, e outras estratégias que promovam a educação ambiental crítica e emancipatória.

O ambientalista coloca a questão dos limites que a sociedade tem na sua relação com a natureza, com suas próprias naturezas como sociedades. Assim, resgatar a política é fundamental para que se estabeleça uma ética da sustentabilidade resultante das lutas ambientalistas.

A Educação Ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado que implica a questão distributiva entre benefício e prejuízos da apropriação e do uso da natureza.

A concepção de Educação Ambiental parcialmente apropriada pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA – lei 9795/99) que em seu artigo primeiro define a educação ambiental como processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem como ao uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

De acordo com Carlos Minc:

Qual a razão dessa duplicidade de comportamento? Nos países desenvolvidos os órgãos ambientais são rigorosos, a opinião pública cobra medidas e a justiça não perdoa. Aqui no Brasil, passa-se o contrário os órgãos ambientais tem pouca força política, equipamentos absolutos, os técnicos mais experientes os abandonam por causa dos baixos salários, as multas não são pagas e a justiça é complacente com os crimes ambientais, ao contrário dos crimes contra o patrimônio econômico das classes dominantes, em que ela costuma ser implacável.

De acordo com autor acima, no Brasil as leis Ambientais não são exercidas com seu devido valor, vemos tantos crimes Ambientais que não resultam em nada, as maiorias são de grandes empresas com grande poder

econômico. E os, mas prejudicados são os pobres que moram próximos a essas empresas.

A Constituição Federal de 1998, no capítulo VI, do meio ambiente, artigo 225 dispõe:

“§ 2º: Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente”.

A Constituição Federal de 1998 é bem clara, quem usufruir ou destruir os recursos naturais tem por obrigação recuperar a área afetada ou danificada.

2.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Para dar início a esta discussão, vamos começar pelo o quer dizer Educação Ambiental. Para Minini (2000), é um processo que consiste em propiciar as pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa, a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

Foram implementados vários programas de Educação Ambiental nas escolas brasileiras. A Portaria 678/91 do MEC determinou que a Educação escolar devesse contemplar a Educação Ambiental permeando todo o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino, enfatizando a necessidade de investir na capacidade de professores.

A criança e o jovem que estão na escola funcionam como agentes multiplicadores de atitudes, por assim dizer, ecologicamente correta. A Educação Ambiental é necessária para alcançar tal objetivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996, estabelece: “A educação ambiental será considerada na concepção dos conteúdos curriculares nacionais de todos os níveis de ensino [...] implicará desenvolvimento de hábitos e atitudes sadias de conservação

ambiental e respeito à natureza a partir do cotidiano a vida escolar e da comunidade”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (Meio Ambiente/Saúde), de 1997, estabelece: “O trabalho de educação ambiental deve ser considerado a fim de ajudar os alunos a construir uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posição afinada com os valores referentes à sua proteção e melhoria”.

A questão Ambiental foi implantada como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais na última década do século XX.

Ensinar e aprender Educação Ambiental devem ser com o objetivo de ajudar aos alunos a construir uma visão global consciente das questões ambientais e possa criar seus valores a proteção, conservação e melhoria do Meio Ambiente, ou seja, o Meio em que vive.

O tema Questão Ambiental, que discute a relação do homem com a natureza, deve ser trabalhado nas escolas em todas as disciplinas, em formas criativas que chamam a atenção dos alunos, para aquele tema trabalhado em forma de (texto, cartazes, música peças teatrais, projetos, etc.).

Os métodos a serem aplicados em aulas em que vai trabalhar alguma temática sobre Educação Ambiental deve variar de acordo com a maneira de vida dos alunos ou das pessoas que vivem em determinados lugares. Métodos aplicados para que eles pensem quais os problemas, as soluções adequadas para ser resolvidas ou amenizar a situação daquele local, comunidade, cidade, etc.

Cada professor deve estabelecer seu próprio método de ensino e sempre elaborar seu plano de ensino de acordo com o modo de vida dos alunos ou da comunidade em que esta localizada a escola.

Será que os professores estão devidamente preparados para a missão que lhes foi atribuída?

Para que os professores possam ter bons conhecimentos e métodos de ensino em Educação Ambiental, é necessária uma formação adequada, independente de qual seja a disciplina. Essa formação deve vir dos cursos superiores. Será que as Instituições Universitárias estão inserindo nos seus currículos pedagógicos disciplinas que discutam Educação Ambiental?

O rápido crescimento da educação ambiental, nas instituições de ensino aparece nos resultados do Censo Escolar, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educativa Anísio Teixeira (INEP), quando, a partir de 2001, incluiu uma questão: a escola faz educação ambiental? Os dados de 2004 indicaram a universalização da educação ambiental no ensino fundamental, com um expressivo número de escolas – 94,95% que declararam ter educação ambiental de alguma forma, por inserção temática no currículo, em projetos ou, até mesmo, uma minoria, em disciplina específica. Em termos do atendimento em 2001 cerca de 25,3 milhões de criança com acesso a educação ambiental, sendo que, em 2004, esse total subiu para 32,3 milhões.

Dentro da escola deveremos encontrar meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e suas consequências para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente. É fundamental que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável (EFFTING, 2007).

Porém, de modo mais significativo, grande parte das ações e das pesquisas em Educação Ambiental se relacionam com as escolas, seus professores e os escolares, em especial do Ensino Fundamental (VALENTIN, 2004).

2.4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Sabemos que é inerente à profissão do professor estar sempre estudando e se atualizando para que sua prática atenda, de forma coerente e integrada, às necessidades dos sistemas de ensino e às mudanças sociais. Esse processo de construção permanente do conhecimento e do desenvolvimento profissional, a partir da formação inicial que transcende cursos de capacitação ou qualificação, é o que podemos chamar de formação continuada. Inclui nesse âmbito a formação de uma identidade pessoal e profissional que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos, onde os profissionais contribuem com seus saberes, seus valores

e suas experiências. É um percurso pessoal e profissional que ocorre de maneira intrínseca à experiência de vida, como importante condição de mudança de práticas pedagógicas. Se por um lado pensamos em programas de formação com metodologias que procurem adensar conceitos e temas sociais relevantes, por outro partimos do pressuposto de que o conhecimento não é dado como algo pronto, mas como resultado da interação desse sujeito com o seu meio, com as relações sociais e representações culturais. (CARVALHO, 2004; SANTOS, 2004; BECKER, 2006).

Desde a institucionalização da Educação Ambiental no Ministério da Educação (MEC), foram implementados três grandes programas de formação continuada de professores, professoras e outros profissionais da educação, sendo dois deles específicos para o segundo segmento do ensino fundamental. Numa breve avaliação desses programas, percebemos evolução no que se refere aos conceitos, abordagem, sustentabilidade e abrangência em relação às políticas de formação continuada.

O primeiro programa realizado pela Coordenação de Educação Ambiental (CEA), durante os anos de 1996 a 1998, consistiu na realização de 18 cursos presenciais em âmbito regional para técnicos das secretarias estaduais de educação, técnicos das delegacias estaduais do MEC, professores e professoras de escolas técnicas federais e universidades federais. Como estes cursos ocorreram na época do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), propôs-se trabalhar a institucionalização da EA como tema transversal nas secretarias de educação e nas universidades, de forma que os cursandos se tornassem multiplicadores da metodologia.

O método proposto pela capacitação foi denominado de Proposta de Participação – Ação para Construção do Conhecimento (PROPACC), baseou-se em três eixos básicos para o exercício da Educação Ambiental, que são: 1- o construtivismo como processo de aprendizagem; 2- a perspectiva complexa da realidade e dos sistemas ambientais; 3- a construção de novas formas de racionalidades superando a visão técnica e instrumental do pensamento cartesiano.

Mas a realidade que vem acontecendo é bem diferente, dos programas implementados pelo Ministério da Educação (MEC) para a formação continuada dos professores.

O Ministério da Educação (MEC) envia os materiais com conteúdos sobre o meio ambiente com temas importante, para a escola, mas os professores tem uma serie de dificuldades para trabalhar esses temas em sala de aula. Porque na maioria das vezes não tem condições de infraestrutura, eles têm baixos salários, desvalorização, não tem curso de capacitação disponível. Fora que são sobrecarregados, como ganham pouco tem que trabalhar em outros turnos.

Existe uma Política Nacional do Meio Ambiente desde 1981, onde diz que a Educação Ambiental deve ser oferecida em todos os níveis de ensino. Como é que ate hoje não conseguiram colocar em prática, não conseguiram tirar do papel?

3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL MARIA LÚCIA

A pesquisa teve como tema para análise a Educação Ambiental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Lúcia, onde optamos especificamente em analisar como é a prática dos professores da referida escola ao trabalharem a temática. Foram selecionados os professores que lecionam no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). A escola disponibiliza de 8 professores, no entanto, apenas 5 professores se dispuseram a responder o questionário.



Fotografia 1: Escola Municipal Maria Lúcia, Mamanguape-Pb.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2012.

De acordo com as informações dadas pela direção a escola destaca-se entre as demais escolas municipais de Mamanguape, pelo motivo de ter sido a pioneira em desenvolver o projeto de horta na escola. O projeto citado é conhecido como Horta Viva, tendo parceria com a Prefeitura de Mamanguape, com a Usina Monte Alegre, com a Transpetro e a EMATER / PB.



Fotografias 2 e 3 – Canteiros da horta da Escola Municipal Maria Lúcia, Mamanguape-Pb.

Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

O Projeto da Horta Viva na Escola Maria Lúcia tem uma grande importância para seus alunos, pois junto com o trabalho da horta é atrelado também todo o processo de reaproveitamento de das sobras de alimentos que servem como adubo orgânico para enriquecer o solo e atrelado a isso ensina-se que é relevante reaproveitar tudo. Na horta da escola são cultivadas plantas ornamentais e plantas medicinais. Onde toda a colheita é utilizada para as necessidades da escola e dos alunos.



Fotografias 4 e 5 – Canteiros para compostagem orgânica e canteiros de plantas ornamentais.

Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

A horta na escola é a atividade ligada a Educação Ambiental mais óbvia na escola, no entanto, vemos a necessidade de analisar como a mesma é praticada em outros âmbitos e para isso foi realizado um questionário com os professores para analisar se realmente tudo que foi observado em relação à horta era posto em prática pelos alunos e é isso que iremos discutir a seguir.

3.1. PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para nos aproximar da realidade sobre como é trabalhada a Educação Ambiental na Escola Municipal Maria Lúcia aplicamos questionários ao corpo docente da mesma. Na primeira questão, sobre a definição pessoal sobre Educação Ambiental, todas as respostas relacionaram a Educação Ambiental com a preservação da natureza, recursos naturais e meio ambientes. Destacando a ligação direta da Educação Ambiental à preservação do meio ambiente ou recursos naturais, sem considerar as necessidades dos direitos das populações ligados a esses ambientes, com o ser humano como parte integrante do ecossistema.

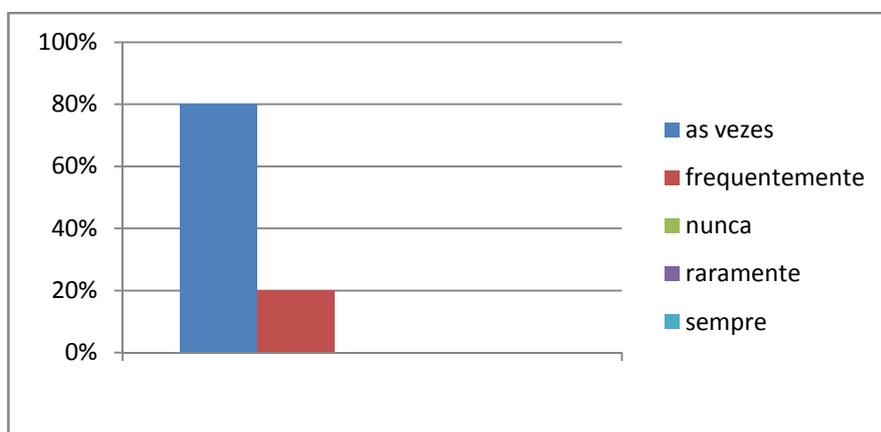


Gráfico 1- Frequência de atividades desenvolvidas em sala de aula junto aos alunos.

Na segunda questão foi perguntado se o professor desenvolvia alguma atividade de Educação Ambiental junto aos alunos, onde (80 %) dos respondentes disseram que às vezes desenvolvem atividades de Educação Ambiental junto aos alunos, (20%) responderam que frequentemente desenvolvem algumas atividades de Educação Ambiental.

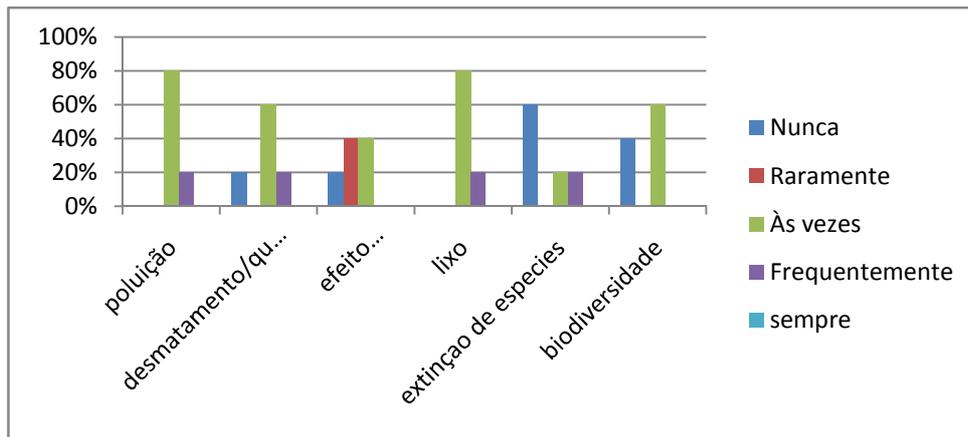


Gráfico 2 - Temas que normalmente os professores abordam com seus alunos.

A questão seguinte procurou levantar os principais temas abordados pelos professores nas atividades de Educação Ambiental. O lixo e a poluição foram as temáticas mais ocorrentes nas respostas com (80%) de citações seguidos pelo tema desmatamento e queimadas. Os temas ditos pelos professores que dificilmente ou nunca são trabalhados em sala de aula foi extinção de espécies com (60%) e em seguida biodiversidade com (40%). Os temas, mais citados contemplam temas diretamente ligados a comunidade e à escola, enquanto temas como biodiversidade, camada de ozônio e efeito estufa estão relacionados a uma escala mais global, evidenciando uma visão mais simplista da realidade.

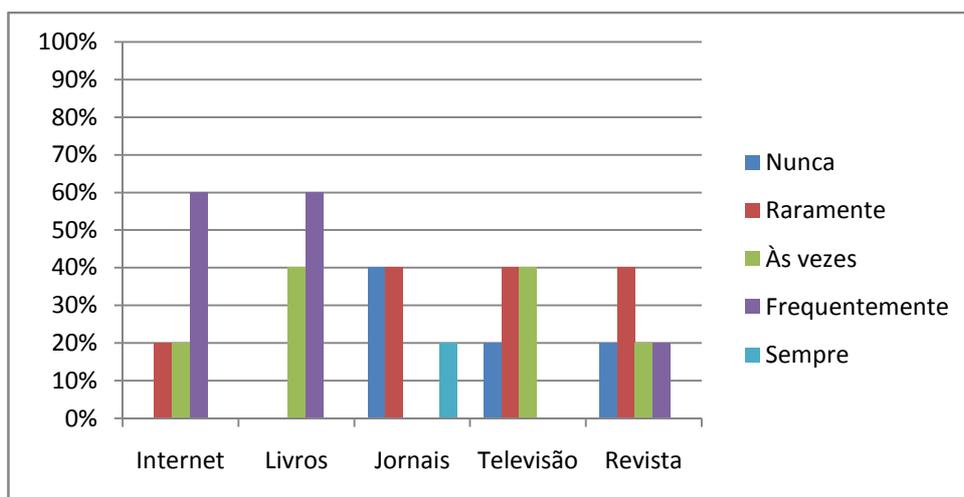


Gráfico 3 - De onde os professores buscam material para o planejamento das atividades em EA.

A quarta questão procurou identificar onde os professores buscam o material para o planejamento das suas atividades. Os meios utilizados mais citados foram internet e livros, ambos com (60%). O alto índice de menção á

internet como pesquisa, além da utilização de mais de uma fonte de busca de material. O item menos mencionado como fonte de material foi o item revista.

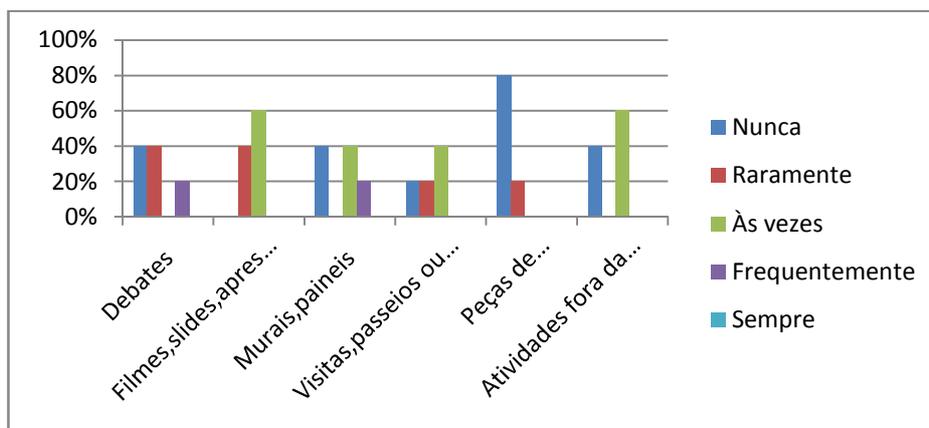


Gráfico 4 - Tipo de atividades de EA o professor desenvolve junto aos alunos.

Na quinta pergunta foram perguntados aos professores quais os tipos de atividades de Educação Ambiental são desenvolvidas junto aos alunos. As estratégias metodológicas mais adotadas pelos professores foram trabalho em grupo e apresentação oral pelo aluno (60%) e filmes, slides, apresentação audiovisual, palestras e seminários com (40%). Os métodos menos utilizados foram: debates, visitas, passeios ou excursões e peças teatrais, músicas e jogos.

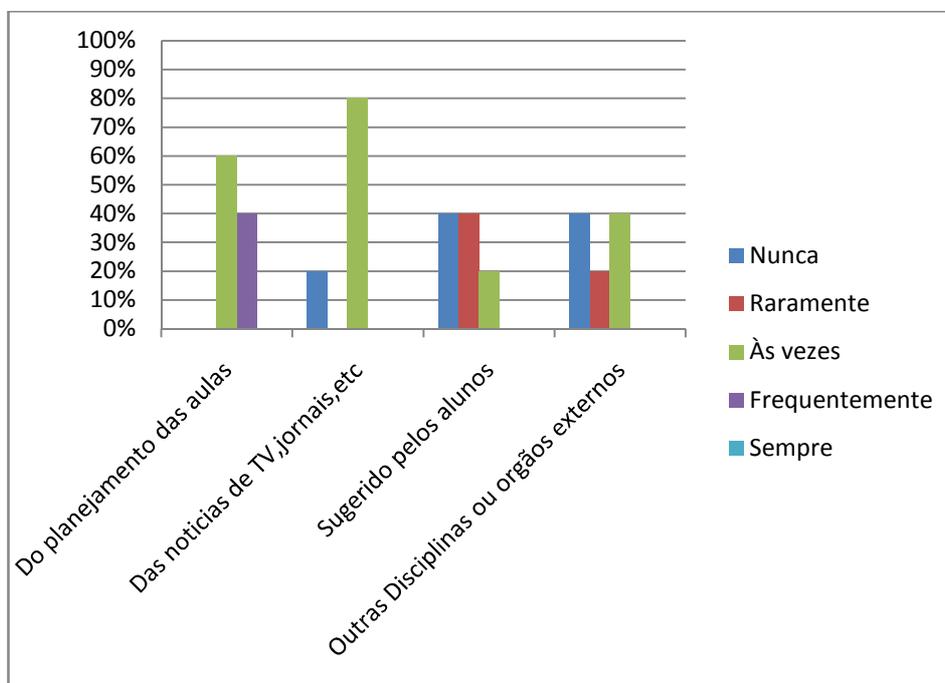


Gráfico 5 - Como surgem os assuntos relacionados às questões ambientais.

Na próxima questão, foi perguntado aos professores de que maneira a temática ambiental surge em sala de aula. 40% dos professores responderam

que às vezes são incluídos no planejamento das aulas, 80% disseram que às vezes surgem das notícias de TV, jornais e etc. 20% têm origem das sugestões dos alunos. Fica evidenciada a necessidade de maior planejamento por parte dos professores, sendo percebido que os temas surgem pela exposição na mídia, na maioria das vezes, e não pelo planejamento das aulas, limitando a abordagem holística da Educação Ambiental de forma mais ocasional e fragmentada.

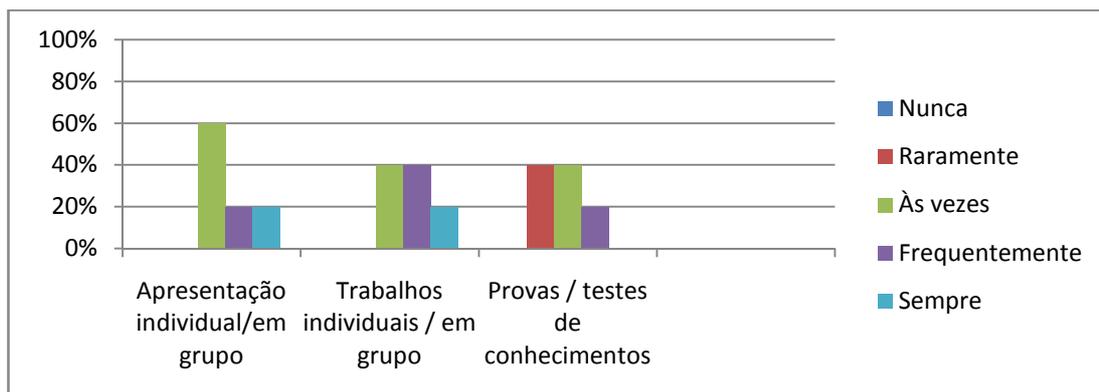


Gráfico 6 - A forma que os professores avaliam a EA com seus alunos

Com a sétima questão, foi solicitada aos professores responderem de que forma eles avaliam a Educação Ambiental junto aos alunos. A forma mais comum de avaliação ficou com apresentações individuais ou em grupo com (60%), seguido de apresentações de trabalhos individuais ou em grupos com (40%). O método utilizado menos citado foi prova testes de conhecimento.

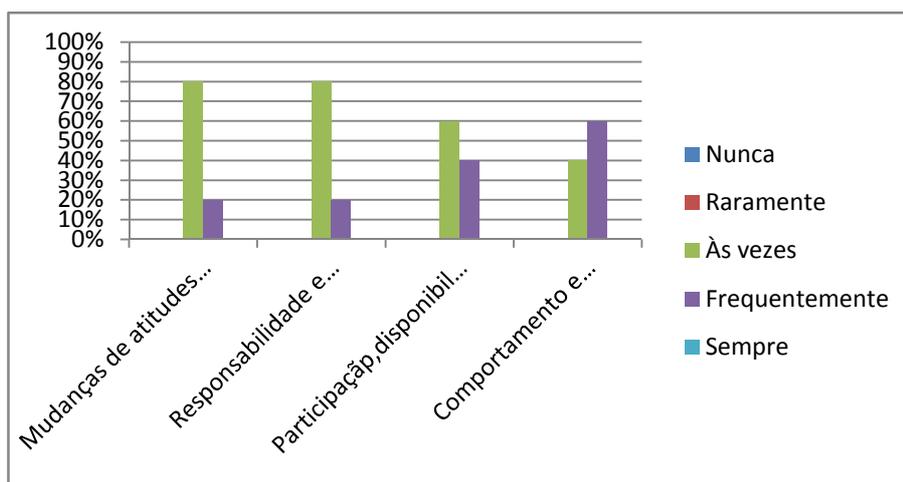


Gráfico 7 - Frequência que o professores realiza as avaliações de atividades de EA com os alunos.

Na oitava questão, perguntou-se aos professores a frequência com que avaliam os alunos quanto aos aspectos comportamentais, atitudes e

responsabilidades quanto às atividades de Educação Ambiental desenvolvidas. 80% veem como relevante observar as mudanças de atitudes/hábitos e responsabilidades/consciência, e em seguida como segundo item mais frequente a participação e disponibilidade e interesse.

A nona questão procurou apurar a percepção dos professores quanto aos principais problemas ambientais que ocorrem na escola e no município, sendo que cada professor poderia relacionar três itens para cada resposta. Em âmbito de escala, o tema lixo foi mencionado pela maioria, o segundo foi o desperdício de água. Com relação aos municípios, os itens mais mencionados foram lixo, esgoto exposto e poluição nas águas dos rios.

A décima questão foi formulada como questão aberta, buscando apurar a percepção dos professores de como deveria ser desenvolvida a Educação Ambiental junto aos alunos. Metade dos professores responderam que a Educação Ambiental deveria ser implementada nos currículos escolares e começar a ser trabalhado desde a Educação Infantil. E a outra metade que a Educação Ambiental deve envolver todo um grupo (alunos, pais, escola, comunidade) através de palestras e trabalhos de campo. Todas as respostas apesar de expressas de forma individual, convergem para relação da Educação Ambiental com a conscientização e participação de todos.

A última questão, elaborada de forma aberta, buscou apurar junto aos professores, a percepção de como deve ser trabalhada a Educação Ambiental para que seja vista como tema importante junto aos professores e na formação dos alunos. Nesta questão houve a maior diversidade de respostas variando de formação contínua pra os alunos e professores, cursos de capacitação para os professores, atividades como palestras, seminários e métodos adequados para ser utilizadas com os alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um dos locais privilegiados para o desenvolvimento da Educação Ambiental, desde que se dê oportunidades à criatividade, pois ela pode estar presente em todas as disciplinas quando se analisa temas que permitem focar as relações entre a humanidade e o meio natural e as relações sociais.

A Educação Ambiental bem ensinada e bem aprendida tem de ter relação com a vida das pessoas, o seu dia-a-dia o que elas veem e sentem, o seu bairro, a sua saúde, as alternativas ecológicas. Deve enfatizar o estudo do meio ambiente onde vivem os alunos, procurando levantar os principais problemas da comunidade, as contribuições da ciência, os conhecimentos necessários e as possibilidades concretas para a solução deles.

Foi observada na Escola Maria Lucia, que o foco principal é o projeto da Horta. Onde os alimentos são utilizados na merenda escolar e toda a sobra da merenda é reaproveitada para ser utilizada na horta.

Os professores que lecionam na escola, não trabalham o tema de Educação Ambiental nas suas aulas como necessariamente era preciso. Há não ser na semana de mostra cultural que está incluída no calendário escolar, onde cada professor tem por obrigação de ficar responsável por uma temática ambiental para ser trabalhada com seus alunos .

O essencial seria a formação desses educadores, eles deveriam frequentar cursos especiais, teóricos e práticos que lhes forneçam embasamento multidisciplinar.

Já a direção da escola tem um interesse muito grande em relação ao projeto da Horta, mas foi observado que os cuidados que se deve ter com a horta não vêm dos alunos e sim da direção da escola, onde existe um funcionário designado a fazer todo trabalho. No inicio desse projeto houve uma parceria entre professores e alunos, onde juntos deram vida ao projeto da Horta Viva que pelo visto é bem elaborado.

O que precisa realmente é um maior interesse de todos que fazem a escola: professores, direção funcionários e assim incentivarem os seus alunos a estarem presentes e participativos nesse projeto. Os professores precisam de motivação para que possam trabalhar os temas de Educação Ambiental junto aos alunos, precisam de materiais de instruções adequadas para que possam ministrar determinados temas de Educação Ambiental em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL/SEF. **Lei de Diretrizes e Baseada Educação Nacional** (Lei nº 9.394 de 20/12/1996). Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente/Saúde**. 1ª a 4ª serie. Brasil: MEC/SEF, 1998.

CALDWELL, Lynton K. **Uma política mundial para o meio ambiente**. Correio, Rio de Janeiro, v.1, n.3, mar, p.4-7, 1973.

Dias, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e praticas**. São Paulo: Gaia, 1992.

Educação Ambiental/Giovani Sebra (organizador). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009,228p.

EFFING, Tânia Regina. **Educação Ambiental nas Escolas Publicas: Realidade e Desafios**.Marechal Candido Rondon,2007.Monografia(Pós Graduação em “Latu Sensu”Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável)- Centro de Ciências Agrárias,Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Candido Rondon,2007.

LUCILA MARIA DE SOUZA CAMOS. 1996. **Um estudo para definição e identificação dos custos da qualidade ambiental**. Florianópolis, SC: UFSC. (dissertação submetida á UFSC para obtenção do grau de mestre em Engenharia de Produção, orientadora Prof.Paulo Mauricio Selig, Dr.)

MEDINA, naná Mininni; Santos, Elisabeth. C.Petrolis: Vozes. 2000. (Educação Ambiental.)

Minc, Carlos, 1951-. **Ecologia e cidadania** / Carlos minc. -2. ed.-São Paulo:Moderna,2005.-(coleção polemica).

Reigota, Marcos. **O que é Educação Ambiental** / Marcos Reigota. – São Paulo: Brasiliense, 2004- (coleção primeiro passos; 292)

Rosimari. A. Viveiro Ruy. Revista eletrônica de ciências, São Carlos,, domingo, 22 de agosto de 2011, número 26, Maio de 2004. Mestrada em Educação /Educação Ambiental – UNESP de Rio Claro.

Souza, Francisco Augusto de. (org) et all.**Educação Ambiental para o ensino fundamental e médio**./Francisco Augusto de Souza,Cajazeiras/PB:Editora Gráfica Vitoriano,2002.91 p.

Souza, Maria Tereza Saraiva de **Rumo á pratica empresarial sustentável**. RAE, São Paulo, v.4, n 33, jul/ago, p40 – 52,1993.

Tozoni-Reis, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história**/Marília Freitas de Campos Tozoni – Reis. -Campinas, SP: Autores Associados, 2004, (coleção educação contemporânea).

VALENTIM, L. **Tendências das Pesquisas em Educação Ambiental no Brasil**: algumas considerações, 27ª Reunião Anual da ANPEd – GT22, Caxambu, Nov. 2004. In: <http://WWW.anped.org.br/27/gt22/p221.pdf>- acesso em 15/08/2011.